



ACONTECE NO CAIS

Boletim
Informativo do
Sindicato
Unificado da
Orla Portuária
SUPORT-ES

14 de dezembro de 2012
Jornalista Cristiane Brandão

Mais de 80 emendas dos trabalhadores são propostas para a Medida Provisória dos Portos

Depois de muitas horas de trabalho, discussões e análises, apresentamos à Comissão Mista (senadores e deputados) mais 80 emendas à Medida Provisória dos Portos (MP 595), de 06 de dezembro de 2012. No total, mais de 646 emendas foram propostas. A MP, que dispõe sobre a exploração direta e indireta, pela União, de portos e instalações portuárias e sobre as atividades desempenhadas pelos operadores portuários, e dá outras providências, foi exaustivamente analisada pelo nosso presidente, Ernani Pereira Pinto, lideranças sindicais e a Federação Nacional dos Portuários (FNP) em Brasília, nos dias 12 e 13. Ainda vão ser indicados nos próximos dias um presidente e um vice, e um relator e um relator revisor da matéria para analisar nossas propostas. A partir daí, a comissão vai fazer suas análises e os devidos encaminhamentos para apreciação do plenário. Para nós, portuários, embora a presidente Dilma Rousseff tenha garantido que a classe trabalhadora não seria atingida pelas mudanças da Medida Provisória, não vemos com clareza que o discurso da Presidente e do ministro de Portos, Leônidas Cristino, sejam compatíveis com a realidade dos portos brasileiros, pois, assim como a MP abriu garantias aos empresários, entre outros setores, para a exploração, não houve nenhuma proposição de garantia para o trabalhador do sistema portuário como um todo. Certamente, isso se dá em razão da prática usual dos detentores do poder político de não ouvir os segmentos representativos da classe trabalhadora. Apresentamos emendas que visam garantir o mercado de trabalho para os companheiros avulsos, considerando que o Brasil é signatário da Convenção 137 da OIT, que faz parte do arcabouço jurídico brasileiro. Apresentamos emendas aos modelos de portos públicos (companhias docas), defendendo a qualificação e o treinamento de avulsos, e estamos extremamente mobilizados para o embate desigual da luta entre capital e trabalho. Ao permanecer o modelo de concessão ou autorização de arrendamento da forma como foi colocado na MP, os trabalhadores portuários sistêmicos (avulsos do



Ogmo e vinculados em pequenos terminais) são jogadores à própria sorte aos leões. O projeto neoliberal visava a diminuição do Estado e o fim do monopólio público, mas o que vimos foi a criação de oligopólios, monopólios privados, desrespeito às organizações de trabalhadores e busca incessante contra os direitos oriundos da conquista dos trabalhadores, principalmente os sociais. Vamos realizar assembleia conjunta também no dia 19 para debater a MP e deliberar sobre ações que a classe trabalhadora empreenderá com vista a garantir as nossas conquistas e não permitir a precarização do trabalhador e do trabalho portuário. Somos contrários à prática de aviltamento salarial, desrespeito às jornadas de trabalho e ao ambiente do trabalho. Buscamos fortalecer nossa luta dentro do contexto da CUT, pois trata-se de matéria de interesse dos trabalhadores brasileiros e dos portos. Parabenizamos a ação da FNP, especialmente os companheiros Eduardo Guterra e José Renato, na atuação e debate da matéria, sem deixar de registrar o empenho e dedicação de sua equipe, que tem se desdobrado para atingir os objetivos dos representantes portuários do Brasil.

Composição da Comissão Mista no Senado e na Câmara

266 quarta-feira 12

ORDEM DO DIA

dezembro de 2012

Número	Ementa / Observações	Calendário / Histórico
MP nº 595, de 6-12-2012 DOU de 7-12-2012	Dispõe sobre a exploração direta e indireta, pela União, de portos e instalações portuárias e sobre as atividades desempenhadas pelos operadores portuários, e dá ou tras providências. (Mensagem nº 154/2012-CN; nº 542/2012, na origem)	Publicação no DOU: 7-12-2012 Comissão Mista Emendas: até 13-12-2012 (6 dias após a publicação) Prazo na Comissão: * Remessa do processo à CD: - Câmara dos Deputados Prazo na CD: até 13-2-2013 (até 28º dia) Recebimento previsto no SF: 13-2-2013 Senado Federal Prazo no SF: de 14-2-2013 a 27-2-2013 (42º dia) Se emendado Se modificado, devolução à CD: 27-2-2013 Câmara dos Deputados – emendas Prazo para apreciação das modificações do SF, pela CD: de 28-2-2013 a 2-3-2013 (43º ao 45º dia) Regime de urgência Regime de urgência, obstruindo a pauta a partir de: 3-3-2013 (46º dia) Prazo final Prazo final no Congresso: 17-3-2013

* Declaração incidental de inconstitucionalidade do *caput* do art. 5º da Resolução do Congresso Nacional nº 1, de 2002, com eficácia *ex nunc* – Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4.029 – DOU de 16/3/2012. Lida a comunicação do Supremo Tribunal Federal ao Congresso Nacional na sessão do SF de 15 de março de 2012, e feita a comunicação à Câmara dos Deputados por meio do Ofício nº 102, de 2012-CN.

Composição da Comissão Mista²

Senadores Titulares: 14 Senadores Suplentes: 14
Deputados Titulares: 14 Deputados Suplentes: 14
Presidente:
Vice-Presidente:
Relator:
Relator Revisor:

Designação da Comissão: 11-12-2012 (SF).
Instalação da Comissão: 24 horas após a designação

Senadores		Deputados	
Titulares	Suplentes	Titulares	Suplentes
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB / PP / PV)		PT	
Renan Calheiros (PMDB/AL)	1. Romero Jucá (PMDB/RR)	Jilmar Tatto (PT/SP)	1. Beto Faro (PT/PA)
Francisco Dornelles (PP/RJ)	2. Sérgio Souza (PMDB/PR)	Janete Rocha Pietá (PT/SP)	2. Valmir Assunção (PT/BA)
Paulo Davim (PV/RN)	3. Waldemir Moka (PMDB/MS)	PMDB	
Vital do Rêgo (PMDB/PB)	4. Ricardo Ferraço (PMDB/ES)	Edinho Bez (PMDB/SC)	1.
Ana Amélia (PP/RS)	5. Casildo Maldaner (PMDB/SC)	Manoel Junior (PMDB/PB)	2.
Bloco de Apoio ao Governo (PT / PDT / PSB / PCdoB / PRB)		PSD	
Walter Pinheiro (PT/BA)	1. Eduardo Lopes (PRB/RJ)	Guilherme Campos (PSD/SP)	1. Geraldo Thadeu (PSD/MG)
Acir Gurgacz (PDT/RO)	2. Wellington Dias (PT/PI)	Fábio Faria (PSD/RN)	2. Arolde de Oliveira (PSD/RJ)
Lídice da Mata (PSB/BA)	3. Pedro Taques (PDT/MT)	PSDB	
Inácio Arruda (PCdoB/CE)	4. Antonio Carlos Valadares (PSB/SE)	Bruno Araújo (PSDB/PE)	1. Cesar Colnago (PSDB/ES)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB / DEM)		PP	
Álvaro Dias (PSDB/PR)	1. Jayme Campos (DEM/MT)	Arthur Lira (PP/AL)	1. Jerônimo Goergen (PP/RS)
José Agripino (DEM/RN)	2. Paulo Bauer (PSDB/SC)	DEM	
Bloco Parlamentar União e Força (PTB / PR / PSC / PPL)		Mendonça Prado (DEM/SE)	1. Mendonça Filho (DEM/PE)
Eduardo Amorim (PSC/SE)	1. Cidinho Santos (PR/MT)	PR	
Gim (PTB/DF)	2. João Costa (PPL/TO)	Milton Monti (PR/SP)	1. João Carlos Bacelar (PR/BA)
PSD ¹		PSB	
Marco Antonio Costa (PSD/TO)	1. Sérgio Petecão (PSD/AC)	Márcio França (PSB/SP)	1. Domingos Neto (PSB/CE)
		PDT	
		Sueli Vidigal (PDT/ES)	1. Salvador Zimbaldi (PDT/SP)
		Bloco (PV / PPS)	
		Amaldo Jardim (PPS/SP)	1. Samey Filho (PV/MA)
		PTB	
		Jovair Arantes (PTB/GO)	1. Arnon Bezerra (PTB/CE)
		PSL ¹	
		Dr. Grilo (PSL/MG)	1.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/cn>
E-mail: scn@senado.gov.br
Informações: (61) 3303-4050

**SUPPORT-ES PERMANENTEMENTE EM DEFESA DO PORTUS E DOS PORTOS PÚBLICOS.
O PORTUS É PATRIMÔNIO DOS PORTUÁRIOS E OS PORTOS PÚBLICOS DO POVO BRASILEIRO.**

Acesse nosso site: www.support-es.org.br